

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Segurança Nacional e Guerra Fria na mídia impressa pernambucana, no final dos anos de 1950.

Grazielle Rodrigues do Nascimento*

Resumo: Terminada a IIª Guerra Mundial, observamos que o ordenamento da geopolítica internacional foi sendo em torno do controle econômico mundial, o qual a URSS e os EUA garantiram esse controle numa disputa ideológica chamada Guerra Fria. Os EUA tiveram com alvo para esse controle, a latino América, percebido no Brasil, nos discursos visto em torno da soberania e segurança nacionais. E tomando como uma das pretensões de “ajuda” brasileira a “ameaça vermelha”, os EUA se colocaram como os “salvaguardas” dessa nacionalidade. Em Pernambuco essas notícias eram trazidas pelos jornais que se dividiam entre a posse de JK e o direcionamento deste a “cooperação entre americanos e brasileiros”. O trabalho ora esboçado tenta compreender os efeitos e significados dessas notícias e que vão repercutir na continuidade ou não desses estrangeiros no Brasil.

Palavras-chaves: Guerra Fria – Soberania Nacional – EUA e Brasil.

Abstract: Ending the World War II, the international geopolitics order turned toward the world economics control. It's seen USSR and USA taking this control over an ideological content toward the Cold War. USA took the Latin America as the target of its geopolitics control, perceived in Brazil through speeches about National Sovereign. Presuming to help Brazil against the “red threaten”, the USA entitled themselves as “safeguards” of Brazilian nationality. In Pernambuco, the news were brought by the newspaper, which were divided by the swearing of JK and the progress of the “Brazil-USA cooperation”, followed by the headlines against the communism, and the measures taken by the USA to combat it. The project now outlined tries to understand the effects and meaning of the news and the influence in the continuity, or not, of theses foreigners in Brazil.

Key-Words: World Cold – National Sovereign – USA e Brazil.

1956. Os jornais pernambucanos traziam em suas manchetes a posse de um novo presidente brasileiro, seguido por notícias a respeito da “cooperação amigável” que existia entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil frente a nova ordem mundial, configurada pela guerra fria, e que estabelecia as áreas de influências econômicas na divisão feita pelos chamados “mundo livre e mundo soviético”¹. Mais a frente outras manchetes – como uma

* Mestranda do PPG em Historia da UFPE.

¹ Expressões utilizadas pelo DP (Diário de Pernambuco) em sua edição de 03 de fevereiro de 1956, ao noticiar as influências estadunidense e russa no mundo.

segunda notícia, mas uma notícia de escala internacional – que tinham como tema o comunismo, os seus efeitos pelo mundo e as medidas tomadas pelos capitalistas para combatê-lo. Estas informações circulavam na sociedade pernambucana do pós-guerra em confluência a um clima de esperança para o desenvolvimento do Brasil com Juscelino Kubitschek na presidência.

No cenário internacional, a guerra entre os dois blocos, capitalistas e socialistas, se acirrava, enquanto que na esfera micro das relações interamericanas, os encontros entre os vices-presidente brasileiro e estadunidense faziam amolecer a opinião internacional de que o governo de Kubitschek não compactuava com as “idéias vermelhas”, como promulgavam os udenistas. “E que estas inverdades contra o governo de JK de ser um governo aliado dos comunistas, era uma forma de desmoralizar a sua administração” (Apeje, HEMEROTECA; DP, 05 DE JUNHO DE 1956). A idéia de vincular os comunistas a Kubitschek servia mais como uma tática para causar insegurança econômica, frente aos acordos arrolados para o desenvolvimento do Brasil entre os investidores estrangeiros públicos e privados, por exemplo. Não querendo dizer que não havia um “quê” de apoio, haja vista que o vice-presidente eleito, João Goulart, pertencia ao PTB e tinha ligações com os sindicatos brasileiros. No entanto, havia pressa em fazer com que a imagem de uma administração pautada no nacional desenvolvimentismo não fosse vista como negativa, principalmente entre grupos das forças armadas, guardião da integridade e soberania da democracia brasileira². Isso, se pensarmos na inviabilidade de comunistas serem considerados patrióticos e nacionalistas, para os grupos políticos brasileiros mais conservadores, que os construíam como traidores da pátria e da constituição³.

Segundo uma notícia impressa pelo Diário de Pernambuco, em 08 de janeiro, Kubitschek havia falado a respeito da participação dos comunistas brasileiros no processo eleitoral do seu mandato. O que é possível de ser percebido é a tentativa deste de se desligar de qualquer indício que fosse capaz de constatar o apoio “vermelho” ao seu governo. Essa

² Esta idéia, produzida por algumas correntes das forças armadas pode ser percebida quando se tenta objetivar as funções da Escola Superior de Guerra: que fazia o papel de formar “uma elite capaz de elevar os níveis de representação política e administrativa do país. A ESG tem como principal finalidade estudar objetivamente os problemas de Segurança Nacional”, de acordo com o professor Soares de Mello, em 24 de maio de 1956.

³ Marieta de Moraes Ferreira em seu livro, João Goulart: entre a memória e a história, tenta desconstruir e indagar uma memória, construída de “forma depreciativa”, em torno da imagem que se fez de João Goulart. Ela põe em discussão a pouca ou a falta de pesquisas que acabam favorecendo essa idéia e reforçando uma outra memória vista como positiva e de sucesso que se fez em torno do personagem de JK, até então tido como “um líder maior da história brasileira” e símbolo de uma era definida como “anos dourados”. Estas imagens em torno de João Goulart reforça o pouco interesse em pesquisá-lo, o que nos faz cair na armadilha de vê-lo apenas como uma figura importante para a esquerda brasileira, não ressaltando a sua participação nas decisões que levaram o Brasil a embarcar na órbita das relações internacionais, principalmente com os EUA.

ligação partidária poderia prejudicar o desenvolvimento da economia do país frente ao capital estrangeiro e ao seu plano de trabalho desenvolvimentista:

“O partido comunista tinha já pouca força antes de ser posto fora da lei e que esta força vai declinando à medida que se desenvolve a economia do país. Pessoalmente não tinha compromisso algum com os comunistas e não tinha feito qualquer pacto com eles na campanha eleitoral”. (Apeje; HEMEROTECA; DP, 08 DE JANEIRO DE 1956).

Esta tentativa de tornar o seu governo limpo dessa influência, desconstruía o receio dos estadunidenses de estreitarem as suas relações econômicas com o governo brasileiro, já que se vivia um clima de guerra fria. Não era nada confortável para os EUA, viver sob o risco de uma aliança soviética com o Brasil. Para JK, a relação partidária poderia prejudicar e muito os seus planos em escalas internacionais, já que se tinha interesse - e ele havia sinalizado para tal - de abertura ao capital estrangeiro, principalmente estadunidense.

As inquietações em torno de qual eixo pertenceria o Brasil era analisado não apenas pelos líderes mundiais, mas também pelas forças políticas brasileiras, como os grupos das forças armadas mais conservadoras; a extrema esquerda; os intelectuais da ISEB, que segundo Thomas Eskidmore⁴, eram considerados moderados; os neoliberais, etc. Vivíamos entre o limite do comunismo e do capitalismo liberal, seguindo as diretrizes da política internacional que resultava da relação conflitante entre a URSS e os Estados Unidos. O mundo, até então na ordem da guerra fria⁵, experimentava a geopolítica internacional prescrita na conferência de Washington, a qual algumas tomadas de decisões visavam os rumos políticos da latino-América de assistência para o seu desenvolvimento, como por exemplo, o Ponto IV, cujo dizer do economista Fernando Alvarez era “um programa de assistência técnica com escopo de ajudar o Brasil a ajudar-se a si mesmo ... é um órgão permanente do departamento de Estado norte-americano que age em cada país que a ele recorra sob o título de United States Operation Mission”. “Ajudar o Brasil a se ajudar” partia da idéia da abertura de linhas de investimentos ao capital estrangeiro; cobertura cambial externa para importar maquinarias para as indústrias que fossem montadas, e isenção fiscal a esses investidores estrangeiros.

Em escalas territoriais, o que se pode entender é a preocupação do governo EUA por garantir sua influência na América do Sul. E que essa se encontrasse fora do perigo russo,

⁴ Eskidmore em seu livro, Brasil: de Getúlio a Castelo, no capítulo V, traz-nos uma percepção da administração de Kubitschek, de base tecnocrata, a uma política de nacionalismo desenvolvimentista, e que tinha como um dos objetivos a expansão da produção industrial brasileira. Este, enquanto presidente da república brasileira, tomou a construção de Brasília como símbolo dessa nova era, e que alguns historiadores e estudiosos do período a chama de “anos dourados”. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964.

⁵ Que era uma guerra também de caráter psicológico e que deixava o mundo em um alerta constante a deflagração de um 3º conflito mundial.

no que se entende por compromissos econômicos. Ora, tínhamos um presidente disposto a desenvolver o Brasil a qualquer preço, mesmo que para isso ele se visse obrigado a ceder partes do território brasileiro a estrangeiros, como observamos no início de 1957, no caso “Projeto Nordeste”⁶. E sobre esse aspecto econômico, o vice dos Estados Unidos, Richard Nixon, mostrava a importância de cooptar cada vez mais o mundo ao ideal liberal capitalista, isolando a Rússia com as armas da economia: “um país que se torna um satélite econômico da Rússia se tornará inevitavelmente também um satélite político e militar” (Apeje; HEMEROTECA; DP, 22 DE FEVEREIRO DE 1956). Esse receio, ou quem sabe até medo, que a Rússia (União Soviética) tivesse êxito ideológico, a partir da ajuda econômica aos países ditos, nesta época, subdesenvolvidos, acirrava as relações de poder entre os americanos⁷. Esse receio de perder o controle econômico e político nas novas diretrizes das relações internacionais do período fazia com que os Estados Unidos estreitassem ainda mais as relações entre estes ditos aliados. Assim, garantiam que a autonomia governamental e a soberania destes territórios seriam asseguradas contra a “ditadura soviética”⁸, tornando-os livres delas:

Os EUA estão travando uma forte competição com os países comunistas no fornecimento de ajuda aos países pouco desenvolvidos do mundo. A derrota nesta competição poderia ser tão desastrosa como a derrota na carreira armamentista ... os EUA podem triunfar oferecendo mais ajuda do que os comunistas e convencendo ao mesmo tempo países atrasados de que não devem se afastar da comunidade das nações livres ... os EUA não pensam em competir com a URSS oferecendo sempre mais ajuda do que ela, mas obtendo créditos no Congresso para assistir os países poucos desenvolvidos (Apeje; HEMEROTECA; DP, 12 DE JANEIRO DE 1956).

“Oferecer mais ajuda”; “convencer os países atrasados de que não devem se afastar da comunidade das nações livres” eram importantes argumentos a manutenção do poder estadunidense na América. Esse tipo de tipo de relação construída entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética para que se chegasse ao caráter de guerra ideológica e psicológica, fazia de cada cidadão um instrumento potencial ao monitoramento das ações de ambas, criando um alerta constante na mentalidade desse período. A titularidade dada a cada nação envolvida de se considerar líder nessa batalha direcionava o mundo a dividir-se entre: capitalistas e comunistas. Era uma disputa de poder que dava uma cara nova ao que se

⁶ Quando se permite, sob acordos militares assinados entre Brasil e Estados Unidos, a instalação de uma base da marinha americana na ilha de Fernando de Noronha. Esta atitude diplomática criou um ambiente favorável para os nacionalistas exaltados, as esquerdas e os udenistas acusarem Juscelino de ser um governante “*entreguista do solo pátrio*” e por isso “*atentar contra a soberania brasileira*”. Folha do Povo, 05 de fevereiro de 1957.

⁷ E aqui se entende como os países da América Latina ditos aliados dos Estados Unidos e não apenas os estadunidenses.

⁸ No dizer do Vice-presidente dos Estados Unidos.

entendia, até então, por Guerra. Não se precisava mais atirar bombas e enviar soldados para o campo de batalha. A disputa pelo controle econômico mundial fazia com que os governos EUA e URSS se construíssem como tais potências, tidas como hegemônicas e concorrentes, únicas capazes de ditarem a nova ordem política. Essa unicidade não era posta em discussão. E o mundo seguia esse direcionamento.

A literatura sobre a época não nos garante entendê-lo sem essa problemática dos EUA *versus* União Soviética, como se quiséssemos retornar a batalha do bem contra o mal, cujo bem não estaria com os soviéticos. E que construção de poder era essa? Qual economia iria prevalecer? A atrelada ao capitalismo liberal ou a atrelada ao comunismo stalinista? Qual seria a melhor opção para o mundo aquela época? Que verdade era essa? O que seria dos EUA e URSS se não houvessem relações de poder que os ligassem mutuamente, como também os seus efeitos de verdade, trabalhando em conformidade a esse poder?⁹

O que pude observar entre os documentos lidos era que a garantia de proteger a soberania brasileira, e por extensão latino-americana, fazia dos Estados Unidos os salvaguardas destas. Mas tomando como base para se entender soberania, não estava os EUA desrespeitando essa idéia de assegurar a territorialidade (nacional) do Brasil, já que se intitulavam também, uma nação democrática e defensora da democracia? Que democracia e para quem? A idéia de teoria da soberania não exige que um Estado respeite a soberania dos demais? De acordo com Liziane Paixão, “o Estado não está subordinado a nenhum outro, pois com base no Direito Internacional, são considerados iguais” (OLIVEIRA, JAN/MAR.2006: 86). Contudo, precisamos assinalar que a soberania se verticaliza à noção de poder. Essa idéia de construir um Estado com poderes absolutos em seu território, faz com que a idéia de pertencimento a uma nacionalidade e identidades o defina como tal. É uma disputa de poder lançada a mão das regras do mercado internacional de 1950. Quando os Estados Unidos se intitulavam os “salvaguardas”, a idéia do não pertencimento fazia sinalizar uma interferência nessa idéia de pertencimento: do Brasil ser soberano nas decisões de caráter internacional, já que acordos econômicos estavam sendo assinados. E por que não estreitar essas relações econômicas com a Rússia naquele momento de 1950? Conveniência de mercado; ou seja, a oferta estadunidense saía melhor que a soviética. E quando digo isso, é porque os resultados de uma aliança entre Brasil – URSS não atendiam aos interesses desenvolvimentistas de Kubitschek. E também devemos lembrar que numa ótica da política brasileira, as idéias

⁹ Nesta ótica Foucault observa que o poder se exerce mais que se possui e não é um privilégio apenas de quem se põe no lugar de dominador. As relações de poder se aprofundam dentro da sociedade que não se localizam nas relações entre os Estados, entre o Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes. Ele se multiplica entre o desejo e as estratégias de possuí-lo. FOUCAULT. Obras cit.

comunistas não eram bem aceitas pelas forças armadas que se dividiam entre os herdeiros de Vargas, os antigetulistas e os anticomunistas. Havia uma competição entre quem tinha mais poder na geopolítica da guerra fria. E nessa relação de forças o Brasil se encaixava entre os aliados do “mundo livre”:

A melhor resposta a ditadura e a tirania soviética está na verdadeira democracia de um povo, trabalhando paulatinamente, porém com segurança pela consecução do aumento do poder aquisitivo de todos, salários mais altos, uma economia sadia e cada vez mais perfeita¹⁰.

Tornar o Brasil um membro pertencente aos “Estados da União” fazia com que estadunidenses e brasileiros ocupassem um lugar comum e oposto às idéias defendidas pela economia soviética que estava, também, atrelada à ideologia comunista. Para tanto, era necessário fazer crer que essas idéias deveriam ser postas em dúvida, fazendo com que o cidadão, dito de bem, não encontrasse um lugar comum dentro dessa concepção política. Torná-la estranha socialmente e ideologicamente ao ponto de construir uma verdade com base no modelo capitalista liberal. Era importante no combate a expansão dessas idéias, chamarem de “mundo livre” todo aquele território de democracia e liberdade protegidos pelos EUA e de “inimigos potenciais sem restrição moral” aos que se enquadravam a ordem soviética. A aqueles Estados eram assegurados a integridade e liberdade democráticas essenciais a manutenção da idéia de soberania nacional, sendo considerados livres da ameaça soviética como se houvesse limite entre ser livre e ser moral.

A documentação sobre os finais dos anos cinqüenta nos permite a um recorte micro do que havia por traz da guerra fria. Uma disputa de poder, cujo prêmio seria o controle econômico e político mundial, fazia com que o mundo estivesse entre o que seria certo e o que seria errado. Nessa ordem, percebemos o governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, entrar nessa disputa geopolítica, uma vez que o Brasil era visto como um forte aliado, tanto ao combate a expansão das idéias ditas “vermelhas”, como aos interesses econômicos do governo dos Estados Unidos.

Assim, os EUA inserem o Brasil em uma área de influência estratégica, cujas possibilidades de controle efetivo, constituíam no principal argumento da geopolítica de segurança, e que, como contrapartida, visava transforma-lo num representante escudeiro do imperialismo capitalista, dentro da própria América do sul, fechando, assim, o cerco a esses mercados. Portanto, é com o argumento de salvaguardar a soberania brasileira contra a “ameaça vermelha”, vimos os governos estadunidense e brasileiro assinarem acordos militares

¹⁰ Nixon em discurso proferido numa visita feita ao Brasil quando se deu a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em 03 de fevereiro de 1956.

e econômicos, visando o “bem-estar” da democracia desse aliado e tornando-o membro de um “mundo livre”. Essa presença “americana” em solos brasileiros era apenas um indício do que aconteceria nos anos seguintes, e de como os grupos políticos, que apoiavam essa cooperação, mudaria de discurso anos mais tarde em nome da “retomada da soberania brasileira”.

Referencias Bibliográficas:

Acervo da hemeroteca do Arquivo Publico do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano; Diário de Pernambuco: JAN/ MARÇO 1956.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. In: **João Goulart: entre a memória e a história** Marieta de Moraes Ferreira (org.). Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão; tradução Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis. Editora Vozes, 1987.

_____. Estratégias, poder e saber. Manoel Barros da Motta (org. e seleção de textos). Coleção Ditos & Escritos vol. IV. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

MOURA, Gerson. O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: relatório de pesquisa FGV/ CPDOC, 1990.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, nº 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964. Ismênia Dantas (tradução). 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.